





POLÍTICA INTERNACIONAL

II Série | Número 30 | Junho 2006



DIRECTOR: JOÃO FERREIRA DE SOUSA

DIRECTORES ADJUNTOS: JOÃO DOMINGUES . PAULO GORJÃO

CONSELHO EDITORIAL

HELENA CARRAPIÇO . LÍVIA FRANCO . LUIS TOMÉ . MARIA DO CÉU PINTO . MARIA FRANCISCA SARAIVA
MARIA RAQUEL FREIRE . MIGUEL MORGADO . PEDRO MAGALHÃES

CONSELHO CIENTÍFICO

ALEXANDRA BARAHONA DE BRITO . ALEXANDRE MANUEL . ANA PAULA BRANDÃO . ÂNGELO CORREIA .
ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ . ANTÓNIO MEGA FERREIRA . ARMANDO MARQUES GUEDES . CLÓVIS BRIGAGÃO .
DIOGO FREITAS DO AMARAL . EDUARDO LOURENÇO . FERNANDO D'OLIVEIRA NEVES . FERNANDO FRUTUOSO DE
MELO . FRANCISCO DE FREITAS FERRAZ . FRANCISCO SEIXAS DA COSTA . HEITOR ROMANA . JOAQUIM AGUIAR .
JOSÉ AZEREDO LOPES . JOSÉ EDUARDO GARCIA LEANDRO . JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO . JOSÉ LUÍS DA CRUZ
VILAÇA . JOSÉ MANUEL PUREZA . JOSÉ PACHECO PEREIRA . MANUEL DE ALMEIDA RIBEIRO . MARCELO REBELO
DE SOUSA . MÁRIO BATISTA COELHO . MÁRIO BETTENCOURT RESENDES . MICHEL GIRARD . PAULA ESCARAMEIA .
PEDRO BACELAR DE VASCONCELOS . RUI PEREIRA . VIRIATO SOROMENHO-MARQUES . VITOR RAMALHO



REDACÇÃO E PUBLICIDADE

IPRIS – Instituto Português de Relações
Internacionais e Segurança
Rua Ferreira Borges, 193 – 1º F | 1350-131 Lisboa
Telefone/Fax: (+351) 21 386 79 97
ipris@ipris.org | www.ipris.org

SECRETARIADO E ASSINATURAS

CIDEC – Centro Interdisciplinar de Estudos
Económicos
Palácio Pancas Palha
Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão, 1
1149-044 Lisboa
Telefone: (+351) 21 811 60 00 | Fax: (+351) 21 811 60 88
cidec@cidec.pt | <http://www.cidec.pt>

PROJECTO GRÁFICO

João Lázaro | João Ribeiro Soares

CAPA, INFOGRAFIA, SELECÇÃO DE ILUSTRAÇÕES

João Lázaro

PAGINAÇÃO

João Ribeiro Soares

ILUSTRAÇÕES

Cristina Sampaio | Luís Lázaro

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Impresse 4, Lda.

DISTRIBUIÇÃO

Editorial Notícias, Lda.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA ANUAL (3 NÚMEROS)

Assinatura de apoio: 80,00 €

Assinatura normal: 40,00 €

Assinatura para estudantes: 27,00 €

Assinatura para a UE: 60,00 €

Assinatura para o resto do mundo: 75,00 €

Depósito legal n.º 65 317/93

ISSN 0873-6650



Índice

Editorial

A CHINA NO SÉCULO XXI **Gato preto, gato branco: a geoestratégia da China** 13
Luis Tomé

A China no dealbar do novo milénio 37
Henrique Morais

A China e os países de língua portuguesa 53
José Carlos Matias

EUROPA **A Europa vista de Bruxelas** 75
Hugo Sobral

INTELLIGENCE **As informações na União Europeia** 99
Helena Carrapiço

NATO **Impactos mútuos: a NATO e a missão no Afeganistão** 115
André Barrinha

SEGURANÇA **A geopolítica da SIDA** 131
Francisco Proença García | Maria Francisca Saraiva

CIÊNCIA POLÍTICA **Rousseau e o Projecto de Paz Perpétua** 153
Miguel Morgado

As opiniões expressas nos artigos não correspondem forçosamente à posição da «Política Internacional», devendo ser consideradas da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

Timor-Leste: uma crise pré-anunciada?

∞ JOÃO FERREIRA DE SOUSA | PAULO GORJÃO

Há muito que Díli desaparecera dos radares dos *mass media* e das grandes chancelarias mundiais. Salvo uma ou outra referência no âmbito das Nações Unidas, Timor-Leste fazia parte do passado. Era um *dossier* convenientemente encerrado numa discreta gaveta. Pelos piores motivos, porém, Díli voltou a ser alvo de atenção por parte da comunidade internacional. Afinal, no espaço de poucas semanas e sem razões aparentes, Timor-Leste passou de uma situação que se pensava ser de estabilidade política e social para uma de guerra civil iminente. Apontado como um caso de sucesso de *state-building* e de *nation-building* pelas Nações Unidas, muitos observadores foram apanhados de surpresa pelos recentes acontecimentos. No entanto, há muito que uma análise mais atenta indiciava que, por debaixo da aparente calma à superfície, nas águas mais profundas havia sinais preocupantes de potencial turbulência política, militar e social.

Seja por motivos de conveniência política, por erro de análise, ou por mera distração, a verdade é que a maioria dos analistas que tem vindo a seguir os acontecimentos em Timor-Leste nos últimos anos foi desvalorizando os sucessivos sinais de que alguma coisa poderia estar a correr mal. Pura e simplesmente, os sinais que deveriam dar lugar a alguma preocupação e pessimismo não se enquadravam no *template* definido pelo caso de sucesso e, como tal, tinham forçosamente de ser desvalorizados. A crise, todavia, não ocorreu sem pré-aviso.

Em primeiro lugar, pouca atenção foi prestada aos motins de 4 de Dezembro de 2002. Tratou-se de um primeiro sinal claro, muito claro, de que havia um nítido mal-estar social em Timor-Leste, fruto de expectativas elevadas – mas não concretizadas – quanto aos frutos da independência, em termos de oportunidades de emprego e níveis de bem-estar económico.

Os sinais não se ficaram pelos motins de Dezembro de 2002. No primeiro semestre de 2005, o Governo timorense envolveu-se desnecessariamente

num braço-de-ferro com a Igreja Católica. A disputa arrastou-se ao longo de várias semanas e, veio a verificar-se, a Igreja teve amplo apoio popular. Poderia pensar-se que o Primeiro-Ministro timorense, Mari Alkatiri, tinha plena consciência da erosão da popularidade do seu Governo e do partido que o sustentava, a FRETILIN. E, de acordo com essa leitura, seria de esperar que Alkatiri daí retirasse algumas ilações, nomeadamente a necessidade de evitar novos focos de turbulência política e social. Porém, aparentemente, o Primeiro-Ministro desvalorizou os sinais de contestação. De forma politicamente inábil, em Fevereiro/Março de 2006, o Governo timorense envolveu-se numa nova crise, desta vez com a instituição militar timorense.

Porém, perante a gravidade da situação, o Presidente da República timorense, Xanana Gusmão, entendeu ter chegado a hora de clarificar a situação política. Não vale a pena fazer aqui a descrição cronológica dos acontecimentos que tiveram lugar em Timor-Leste entre Fevereiro e Junho de 2006. Importa apenas evidenciar que, num processo que se arrastou durante vários meses, Xanana Gusmão conseguiu forçar a demissão de Mari Alkatiri e que, pelo meio, Timor-Leste esteve à beira de uma nova situação de guerra civil. Esta, todavia, apenas foi evitada graças à intervenção e subsequente presença militar australiana no país.

Tal como um jogo de xadrez que se joga ao mesmo tempo em vários tabuleiros, a crise timorense tem, também ela, diferentes níveis de leitura e de análise. Em primeiro lugar, como se evidenciou até agora, em Timor-Leste ocorreu um conflito local. No essencial tratou-se de um conflito de poder entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro – e, mais importante, entre Xanana Gusmão e a FRETILIN. Para já, neste primeiro *round*, Xanana Gusmão foi o vencedor. O combate, porém, ainda não terminou. O próximo *round*, consoante o resultado, poderá ser – ou não – decisivo e terá como palco privilegiado as eleições legislativas que, em princípio, terão lugar no primeiro semestre de 2007. Qualquer resultado eleitoral que não seja uma derrota política clara da FRETILIN constituirá um sério revés pessoal para Xanana Gusmão. Uma eventual vitória eleitoral da FRETILIN – com maioria absoluta ou relativa – poderá criar um novo impasse político, cujo desfecho é, nesta altura, imprevisível.

Há, no entanto, um outro tabuleiro ao qual importa dar igualmente alguma atenção: o xadrez regional. A crise timorense que se desenrolou nos últimos meses teve também como pano de fundo uma disputa de esferas de influência. Para além do Brasil e de Portugal, esta disputa envolveu a Austrália, a China, a Indonésia e o Japão. As respectivas movimentações e as suas consequências, à luz deste contexto, corresponderam, pelo menos para já, a um

reforço da influência australiana e, em sentido contrário, uma perda de influência por parte dos restantes intervenientes.

Evidentemente, os actores regionais e os factores exógenos não foram a causa da crise, antes limitando-se a reagir, bem ou mal – não é isso que aqui está em causa –, à sua eclosão. Dito isto, tal como os timorenses, estes actores terão um papel importante a desempenhar no apoio à resolução da crise, nomeadamente fornecendo os meios necessários à estabilização política, militar, económica e social.

Inevitavelmente, as Nações Unidas terão, uma vez mais, de se empenhar na construção e na consolidação do Estado timorense. Terão de prestar uma particular atenção às suas instituições políticas, judiciais e militares.

O apoio internacional, no entanto, não deve ficar por aqui. As Nações Unidas não poderão deixar de organizar as próximas eleições legislativas, de modo a que nenhuma suspeição possam ser levantadas quanto à credibilidade e à legitimidade dos seus resultados.

Portugal, evidentemente, deverá continuar a apoiar a consolidação das instituições timorenses, quer por via bilateral, quer por canais multilaterais. Ao contrário da abordagem inicial, Portugal deverá adoptar uma estratégia de cooperação com os actores regionais e com a Austrália em particular. A diplomacia portuguesa não deve perder de vista que Timor-Leste é hoje, no âmbito da política externa portuguesa, uma questão largamente resolvida. As responsabilidades e os deveres de Portugal terminaram no dia em que Timor-Leste se tornou um Estado independente, a 20 de Maio de 2002. A abordagem portuguesa não poderá deixar de reflectir este facto.

Ironicamente, seria bom que Timor-Leste voltasse a desaparecer dos radares dos *mass media* e das grandes chancelarias mundiais. Seria um sinal de alguma normalidade, mesmo que à superfície. Tendo em conta a actual situação, um copo meio-vazio já não seria muito mau...